

Autoria, transgressão linguística e preconceito de classe

Fernanda de Oliveira Valle Reis*

Leandro Martins de Sousa**

Thayná Viana Sampaio**

Resumo

Neste artigo, analisamos, numa perspectiva discursiva, um *post* da professora de literatura Regina Dalcastagnè, publicado no Facebook em 15 de agosto de 2021, no qual ela discorda do conselho editorial que decidiu manter a escrita original da obra “Casa de alvenaria”, da escritora Carolina Maria de Jesus. Além desse *post*, analisamos também três comentários de usuários da rede social, acerca da crítica da professora. O estudo foi desenvolvido à luz dos textos “A noção de discurso” e “Primado do interdiscurso”, de Maingueneau, “Os mecanismos enunciativos”, de Bronckart, e “Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor”, de Charaudeau, que nos permitiram refletir sobre o papel da revisão linguística em obras literárias, a partir dos imaginários que se revelam nos discursos.

Palavras-chave: Análise de discurso. mercado editorial. normatividade gramatical.

* Mestranda bolsista da Capes no Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). ORCID: <https://orcid.org/2-5330-6092>.

** Mestrando bolsista da FAPEMIG no Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). ORCID: <https://orcid.org/3-3405-902X>.

*** Mestranda bolsista da Capes no Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). ORCID: <https://orcid.org/1-9178-387X>.

Authorship, Linguistic Transgression and Class Prejudice

Abstract

In this article, we analyze, from a discursive perspective, a post by literature teacher Regina Dalcastagnè, published on Facebook on August 15, 2021, in which she disagrees with the editorial board that decided to keep the original writing of the work “Casa de alvenaria”, by writer Carolina Maria de Jesus. In addition to this post, we also analyzed three comments from users of the social network regarding the teacher’s criticism. The study was developed in light of the texts “A noção de Discurso” and “Primado do Interdiscurso”, by Maingueneau, “Os mecanismos enunciativos”, by Bronckart; and “Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor”, by Charaudeau, which allowed us to reflect on the role of linguistic revision in literary works, based upon the imaginaries that are revealed in the discourses.

Keywords: Discourse analysis; Publishing market; Grammatical normativity.

Considerações iniciais

A análise do discurso, prática pertencente ao campo da Linguística e da Comunicação, busca analisar os efeitos de sentido que um determinado enunciado pode alcançar em sua troca comunicacional. Nesse sentido, mais do que analisar sentenças, essa corrente linguística visa a explorar analiticamente aquilo que vai para além da palavra, ou seja, o extralinguístico, uma vez que este, somado ao linguístico, compõe toda uma situação discursiva na qual o locutor busca explicar uma ideia, que pode ou não ser compreendida pelo seu interlocutor. Outrossim, a análise do discurso nos permite inferir acerca de ideologias que, muitas vezes, não estão evidentes no dito.

Sob tal perspectiva, este trabalho tem o objetivo de analisar o trecho de um diálogo travado no Facebook, a partir de um *post* da professora de literatura da UnB, Regina Dalcastagnè, de 15 de agosto de 2021, em que ela discorda do conselho editorial que decidiu manter a escrita original da obra “Casa de alvenaria”, da escritora Carolina Maria de Jesus. Além do fragmento em questão, também analisaremos comentários feitos por três usuários da citada rede social acerca da crítica da professora.

Para tanto, este estudo se ancorou, teoricamente, nos textos “A noção de discurso” e “Primado do interdiscurso”, ambos de Maingueneau, bem como “Os mecanismos enunciativos”, de Bronckart, e “Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor”, de Charaudeau.

Noção de discurso e mecanismos enunciativos

O conceito de “discurso” apresenta diferentes concepções para os variados ramos da Linguística, dada a complexidade que a conceituação acarreta e os pontos de vista que orientarão seu estudo. Talvez essa conjuntura se justifique pelo fato de as palavras se refletirem e se refratarem na sociedade, já que toda palavra é ideológica e, em razão disso, embora reconheçamos uma determinada palavra da língua, sua compreensão se dá de maneiras diferentes para cada sujeito, o qual é um ser histórico

constituído por diversos outros discursos. Sendo assim, em “A noção de discurso”, Maingueneau traz duas perspectivas de discurso, uma para os linguistas e outra fora da Linguística, sendo esta mais detalhada em seu texto e a que daremos foco neste artigo.

Nesse aspecto, o discurso é uma organização além da frase, pois não se trata de apenas uma sequência de palavras, já que ele é submetido a regras de organização que se operam em dois níveis, a saber: “as regras que governam os gêneros de discurso em vigor em um grupo social determinado [...] e as regras transversais aos gêneros que governam um relato, um diálogo, uma argumentação, uma explicação” (MAINGUENEAU, 2015, p. 25). Além disso, levando em conta que toda enunciação constitui um ato que objetiva alterar uma situação, o discurso também é considerado uma forma de ação e, por conseguinte, interativo, envolvendo, desse modo, dois ou mais parceiros, sendo – como assevera Maingueneau (2015) – a troca oral a manifestação mais evidente dessa interatividade. Contudo, a conversação não é o único modo de manifestação do discurso, posto que este pode se realizar na presença ou não de um interlocutor. “Qualquer enunciação, mesmo que produzida na ausência de um destinatário ou na presença de um destinatário que pareça passivo, se dá em uma interatividade constitutiva” (MAINGUENEAU, 2015, p. 26).

Tendo em vista o aspecto interativo do discurso, é inquestionável que

o discurso só é discurso se estiver relacionado a um sujeito, a um EU que se coloca ao mesmo tempo como *fonte de referências* pessoais, temporais, espaciais (EU-AQUI-AGORA) e indica qual é a atitude que ele adota em relação ao que diz e a seu destinatário (fenômeno da ‘modalização’). (MAINGUENEAU, 2015, p. 27).

Aproveitando a menção ao fenômeno da modalização, é válido pontuar acerca do posicionamento enunciativo do *eu* do discurso, que pode ser evidenciado pelos mecanismos enunciativos, os quais

contribuem para o estabelecimento da coerência pragmática do texto, explicitando, de um lado, as diversas avaliações (julgamentos, opiniões, sentimentos) que podem ser formuladas a respeito de um ou outro aspecto do conteúdo temático

e, de outro, as próprias fontes dessas avaliações: quais são as instâncias que as assumem ou que se “responsabilizam” por elas? (BRONCKART, 1999, p. 319).

Nesse aspecto, faz-se relevante abordar quatro modalizações, que “têm como finalidade geral traduzir, a partir de qualquer voz enunciativa, os diversos **comentários** ou **avaliações** formulados a respeito de alguns elementos do conteúdo temático” (BRONCKART, 1999, p. 330), a saber: *modalizações lógicas, deônticas, apreciativas e pragmáticas*.

As *modalizações lógicas* consistem em mostrar que o enunciado está sendo julgado e deve ser julgado como verdadeiro, certo, possível, provável, eventual, necessário etc., em decorrência do mundo objetivo. As *modalizações deônticas*, por sua vez, indicam que o enunciador ou outra instância enunciativa considera que o conteúdo enunciativo é ou deve ser concebido como obrigatório, em virtude das opiniões e das regras do mundo social. Já as *modalizações apreciativas* mostram – a partir do ponto de vista do enunciador ou de outra instância enunciativa – sua atitude, seu estado psicológico ou seu sentimento pessoal em relação ao conteúdo do enunciado, vendo-o como bom, mau, estranho, prejudicial etc., devido ao mundo subjetivo. Por último, as *modalizações pragmáticas* permitem explicitar alguns aspectos da responsabilidade de qualquer agente da ação, isto é, as intenções, os objetivos e as capacidades do próprio enunciador, de um indivíduo, de um grupo ou de uma instituição.

Retomando a relação *eu-aqui-agora*, pode-se dizer que o discurso é contextualizado, haja vista que o sujeito se constitui no tempo e no espaço. Além disso, as interações pressupõem um dado contexto, condição que difere das frases isoladas, as quais não passam de uma sequência de palavras sem um sentido contextualizado real. Mas é fulcral dizer que o discurso, como atividade verbal, é regido por normas, sendo que cada ato de linguagem demanda regras específicas, que orientam todas as trocas verbais. Com base nisso, segundo Maingueneau (2015, p. 27), “os gêneros de discurso são conjuntos de normas que suscitam expectativas nos sujeitos engajados na atividade verbal”. Nessa medida, “as instâncias de enunciação que personalizam essas regras de funcionamento discursivo são as principais responsáveis pelas operações de linguagem utilizadas pelo autor” (BRONCKART, 1999, p. 324).

Assim sendo, “a instância de enunciação pode pôr em cena uma ou várias vozes ‘outras’”. (BRONCKART, 1999 p. 326). Logo, para interpretar um enunciado, é preciso, como defende Maingueneau, relacioná-lo a todos os outros tipos de enunciados sobre os quais ele se fundamenta, tendo o sujeito consciência disso ou não. Dessa forma, tal assertiva evidencia o bojo de um interdiscurso em que o discurso é assumido, dado que “as representações são construídas na interação com as ações e com os discursos dos outros” (BRONCKART, 1999, p. 321).

Levando em consideração o interdiscurso numa perspectiva cronológica, o discurso segundo se constitui por meio do discurso primeiro e, por isso, este é o Outro daquele, mas o contrário não é possível. No entanto, para Maingueneau, tal conjuntura não é tão simples assim. Em seu texto “Primado do interdiscurso”, o linguista aborda tal visão, defendendo que o interdiscurso é anterior e constitutivo do discurso, já que, segundo o autor, os discursos não existem previamente para, depois, serem colocados em relação a outros discursos, mas se constituem precisamente nas lacunas dessa rede interdiscursiva. Todavia, por julgar o termo “interdiscurso” muito vago, Maingueneau o substitui por uma tríade, sobre a qual se faz essencial discorrermos: *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*.

Maingueneau define *universo discursivo* como um

conjunto de informações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada. Este *universo discursivo* constitui necessariamente um conjunto finito, mesmo que não possa ser apreendido em sua globalidade. É de pouca utilidade para o analista e define apenas uma extensão máxima, o horizonte a partir do qual serão construídos domínios susceptíveis de ser estudados, os ‘*campos discursivos*’. (MAINGUENEAU, 2008, p. 35, grifo nosso).

Assim, é no *campo discursivo* – político, filosófico, religioso, dramaturgo, gramatical etc. – “que se constitui um discurso e fazemos a hipótese de que essa constituição pode deixar-se descrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas da existência” (MAINGUENEAU, 2008, p. 36). Já no caso do *espaço discursivo*, entende-se como um conjunto de informações discursivas que se delimitam, de modo recíproco, em uma região determinada do *universo discursivo* e que se encontram em concorrência. Cabe ressaltar que a concorrência a que

Maingueneau se refere deve ser compreendida de forma ampla, abrangendo “tanto o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente etc... entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela [a concorrência] deve ser preenchida” (MAINGUENEAU, 2008, p. 36).

Para Maingueneau,

reconhecer esse tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir *um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro*. (MAINGUENEAU, 2008, p. 38, grifo do autor).

Diante dessa abordagem, é relevante dizer que o discurso constrói socialmente o sentido. No entanto, não nos referimos ao sentido no que diz respeito à codificação de um enunciado, como se fosse uma estrutura sintaticamente gramatical, mas, como sustenta Maingueneau, um sentido “construído e reconstruído no interior de práticas sociais determinadas” (MAINGUENEAU, 2015, p. 29).

Os imaginários sociodiscursivos

Para a discussão e análise dos imaginários que são construídos e propagados nos discursos que constituem o *corpus*, apoiamo-nos nas discussões de Patrick Charaudeau, analista do discurso, responsável pela Teoria Semiolinguística do Discurso originada na França. Para Charaudeau (2017), é mais viável trabalhar com o conceito de *imaginários sociodiscursivos* do que com o de *estereótipos*, uma vez que o último, para o linguista, carrega um traço relativo à falsidade, ou seja, quando circulam no social são, geralmente, para rejeitar aquela designação que descrevem. Ainda sobre os estereótipos, Charaudeau (2017) acentua que é possível dizer verdades e mentiras ao mesmo tempo sobre o mesmo fato caracterizado, o que demonstra o atributo de incoerência desta categoria.

O imaginário, todavia,

é uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, a qual [...] constrói a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significativa. Ele resulta de um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional através da intersubjetividade das relações humanas, e se deposita na memória coletiva. Assim, o imaginário possui uma dupla função de criação de valores e de justificação da ação. (CHARAUDEAU, 2017, p. 579).

Os discursos, que são criadores de imaginários, serão produzidos dentro de uma prática social determinada que efetuará o papel de filtro axiológico, possibilitando que um dado imaginário receba um valor positivo em um contexto específico e um negativo noutro (CHARAUDEAU, 2017). A mecânica representacional criará, mediante o discurso, saberes que se estruturarão em conhecimento e crença. Charaudeau (2017) relata que, a partir desses tipos de saberes, serão organizados os sistemas de pensamento, doutrinas, teorias e opiniões.

Análise do *corpus*

A normatividade sempre foi um instrumento de poder. O padrão, um referencial de conduta. Em geral, para poder escapar das convenções é preciso, antes, ter dominado seus códigos e ser reconhecido como parte de determinado estrato social. Como bem lembraram alguns internautas na celeuma provocada pela professora Regina Dalcastagnè¹, José Saramago e Guimarães Rosa são exemplos de autores que, por fazerem parte da elite intelectual, não precisaram se curvar às prescrições linguísticas para serem lidos, respeitados, admirados e citados. A escritora Carolina Maria de Jesus² é igualmente uma transgressora do modelo gramatical, mas seu texto é colocado em xeque, o que, no nosso entendimento, configura um preconceito de classe social.

1 Disponível em: <https://www.facebook.com/regina.dalcastagne.3/posts/pfbid0TqQFCWk8PoVTNuRa9WpsBqJirzKSsfzNqYeeVN9uvLjgfyPtMfQXknBjm1GzogWGL>. Acesso em: 20 jun. 2022.

2 Apesar de ter apenas dois anos de estudo formal, Carolina Maria de Jesus tornou-se escritora e ficou nacionalmente conhecida em 1960, com a publicação de seu livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, no qual relatou o seu dia a dia na favela do Canindé, na cidade de São Paulo. Morreu em 13 de fevereiro de 1977.

Na ausência da principal interessada na ocasião da recente publicação de “Casa de alvenaria” (2021), as decisões editoriais da nova tiragem ficaram a cargo de um conselho formado por mulheres, majoritariamente negras: Vera Eunice de Jesus (filha de Carolina), a escritora Conceição Evaristo e as pesquisadoras Amanda Crispim, Fernanda Miranda, Fernanda Felisberto e Raffaella Fernandez. No prefácio, Vera Eunice e Conceição Evaristo explicam que a ideia era fazer uma reedição que “permitisse ao público leitor acompanhar o processo criativo da escritora e entender como se deu, para ela, a apropriação e o uso da linguagem literária” (JESUS, 2021, p. 13), por isso a decisão de manter a escrita original. Segundo elas, a obra de Carolina remete a sujeitos que

tendo ou não certificados escolares, mas sempre letrados, fazem da leitura e da escrita práticas sociais que lhes possibilitam se colocar na sociedade em que vivem e inclusive criticá-la [...]. É preciso considerar fundamentalmente que estamos diante de um registro literário produzido por uma pessoa cuja construção do processo de letramento se deu de maneira muito especial: os caminhos da aprendizagem da leitura e da escrita trilhados por Carolina foram marcados mais por um autodidatismo do que pela frequência à escola. (JESUS, 2021, p. 11-12).

Dessa forma, o processo de letramento de Carolina se mostra entrelaçado com a sua própria construção como autora. De acordo com Orlandi, a noção de autoria está ligada à função enunciativa do sujeito: “a função-autor se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim” (ORLANDI, 2004, p. 69). Foucault afirma que a função-autor está “na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e o seu modo de ser singular” (ORLANDI, 1992, p. 46). E Maingueneau ressalta a importância da questão autoral para a análise do discurso, cujas ferramentas operam no âmbito das relações entre texto, contexto e lugares sociais. Para ele, a autoria é uma “categoria híbrida”, pois envolve o texto e o mundo de que este texto faz parte: “o autor é uma instância que enuncia (atribui-se-lhe um ethos e a responsabilidade de alguns gêneros de textos, em particular os prefácios), mas também certo estatuto social, historicamente variável” (MAINGUENEAU, 2010, p. 25). Assim, ao significar a realidade

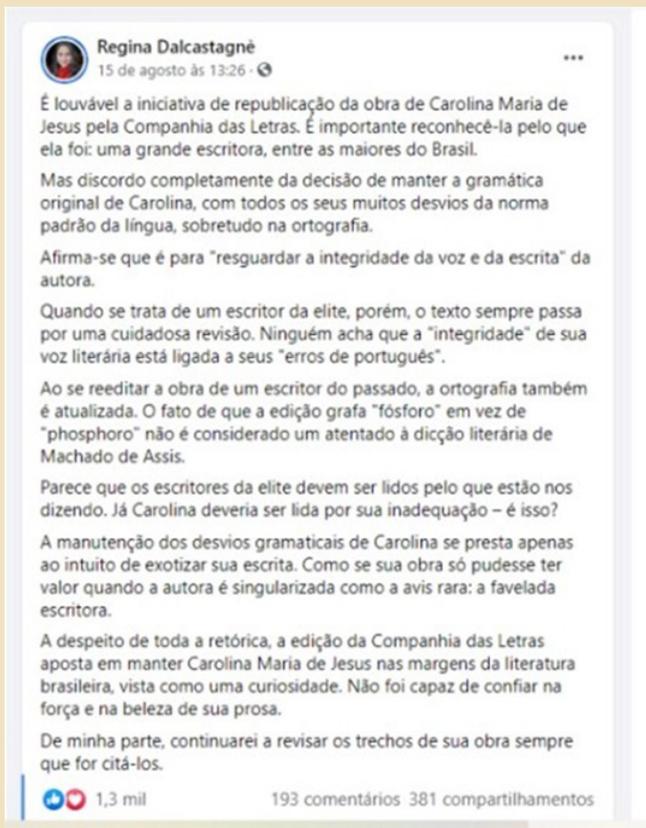
por meio da linguagem, Carolina de Jesus fez uma “construção significativa do mundo” (CHARAUDEAU, 2017, p. 574), demonstrando que tinha o que dizer e soube dizê-lo.

Ao discordar do conselho editorial quanto à manutenção da escrita original de “Casa de alvenaria”, a professora Regina Dalcastagnè argumenta que textos de escritores da elite sempre passam por revisão. Todavia, acreditamos que a avaliação feita pela professora não se sustenta, porque as situações comparadas são desiguais. Escritores da elite intelectual e econômica e escritores das classes populares falam de lugares e papéis sociais diferentes, apresentam percursos de formação e construção autoral discrepantes e possuem pautas e compromissos distintos – embora, como escritores, possam, também, compartilhar temas e objetos de interesse comum.

É imperioso, portanto, considerar a obra de Carolina de Jesus a partir de sua cena enunciativa: uma enunciadora que narra seu cotidiano em uma escrita diarística. Afinal, “o centro organizador de qualquer enunciado, de qualquer expressão, não está no interior, mas no exterior: no meio social que circunda o indivíduo” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 216), ou seja, “a existência não é apenas refletida no signo, mas também é refratada nele” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 112). Lidar com a linguagem envolve ser orientado por feixes ideológicos, pois “*a palavra é o fenômeno ideológico par excellence*. Toda a sua realidade é integralmente absorvida na sua função de ser signo. Não há nada na palavra que permaneça indiferente a essa função e que não seja gerado por ela” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 98-99). Enfim, o trabalho com a linguagem não conta com o mesmo sentido e representatividade entre autores de contextos tão díspares.

Analisemos alguns trechos do *post* de Dalcastagnè, levando em conta os modalizadores de Bronckart (1999), para compreendermos sua construção argumentativa.

Figura 1 - Postagem de Regina Dalcastagnè



Fonte: Facebook

A professora Dalcastagnè abre seu comentário com uma modalização apreciativa em relação à publicação – “É louvável” –, seguida de uma modalização deôntica (quando algo é entendido como natural e não provoca dúvidas, tendo em vista as regras do mundo social): “É importante reconhecê-la pelo que foi: uma grande escritora” (1º parágrafo). Dessa forma, Dalcastagnè procura deixar claros os pontos pacíficos, tendo em vista, principalmente, os interlocutores com os quais, logo na sequência, estabelecerá controvérsia. Com a modalização pragmática “Mas discordo completamente da decisão de manter a gramática original de Carolina” (2º parágrafo), a professora assume seu ponto de vista e abre o debate sobre o que considera inaceitável publicar: “os seus *muitos desvios da norma padrão da língua*, sobretudo na ortografia” (2º parágrafo).

Posteriormente, no trecho “*Afirma-se* que é para ‘resguardar a integridade da voz e da escrita’ da autora” (3º parágrafo), é introduzida uma modalização lógica (*afirma-se*) de maneira a apresentar da realidade de outras vozes (o que se diz a respeito) e trazê-las para o debate, tornando explícito o interdiscurso. Em seguida, a autora do *post* desenvolve suas contraposições – “*Quando se trata de um escritor da elite, porém...*” (4º parágrafo) – e conclusões – “*parece que... é isso?*” (6º parágrafo). A professora conclui seu texto com uma sequência de construções pragmáticas, reiterando seu posicionamento: “a manutenção dos desvios gramaticais de Carolina *se presta apenas* ao intuito de exotizar sua escrita” (7º parágrafo); “[a editora] *não foi capaz* de confiar na força e na beleza de sua prosa” (8º parágrafo); e, por fim, se rebela contra a decisão editorial da comissão, criada para conduzir a reedição de “Casa de alvenaria”, declarando: “de minha parte, *continuarei a revisar* os trechos de sua obra sempre que for citá-los” (9º parágrafo).

Dos imaginários sociodiscursivos presentes na publicação

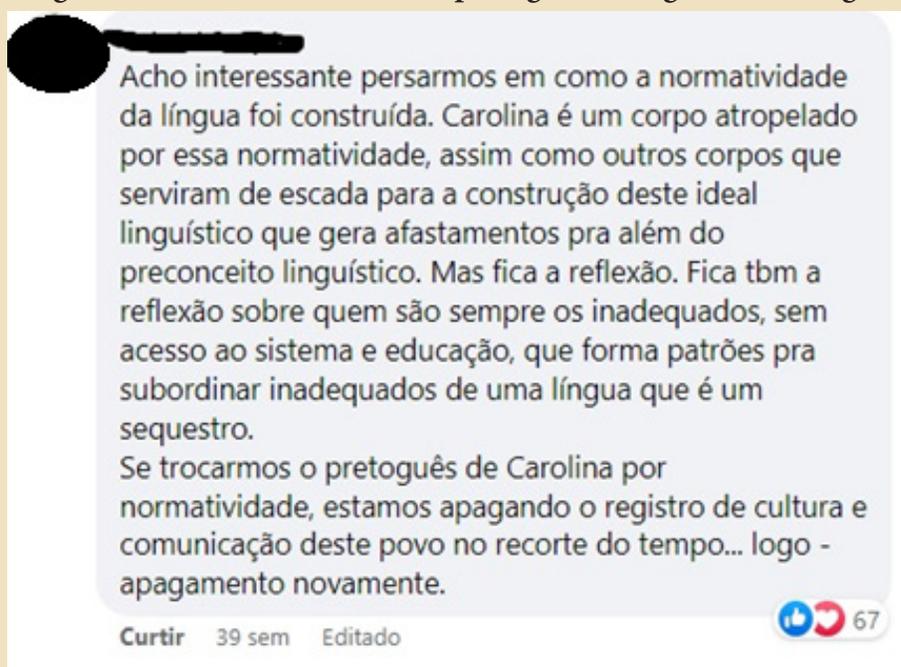
Partindo para análise dos imaginários presentes no *corpus* deste trabalho, começaremos por discutir o *post* feito na rede social Facebook pela professora Regina Dalcastagnè. Na publicação, podemos notar a presença de oito imaginários, sendo os primeiros referentes aos “desvios gramaticais”. Durante a publicação, Dalcastagnè argumenta que manter os desvios de escrita de Carolina Maria de Jesus reforçaria a ideia de que a autora é uma “favelada”, “avis rara” ou uma “curiosidade”; Dalcastagnè mostra-se então não favorável ao parecer da editora de manter a escrita de Carolina de Jesus tal como o original. A partir desse discurso é possível constatar que, para a professora, “desvio” configura erro e erros devem ser corrigidos, independentemente da autoria, marcando, assim, a presença dos imaginários: *desvio gramatical é erro; erros devem ser revisados; revisar é corrigir*.

Além desses, é possível perceber também que, ao trazer Machado de Assis como uma exemplificação de um autor renomado, a publicação estabelece um parâmetro a ser seguido que posiciona Carolina como inferior

a Machado de Assis porque, se, de acordo com a autora da postagem, se até mesmo as obras deste consagrado autor são revisadas, as obras de Carolina Maria de Jesus também deveriam ser. Podemos aqui constatar a presença dos imaginários: *Carolina Maria de Jesus é uma escritora periférica; escritores periféricos devem ser corrigidos; Machado de Assis é um escritor de elite; escritores de elite devem ser corrigidos; Machado de Assis é hierarquicamente superior à Carolina Maria de Jesus.*

A respeito dos comentários recortados para a análise, o primeiro é uma discordância com a publicação do perfil de Delcastagnè. Convidamos o leitor à leitura abaixo:

Figura 2 - Comentário 1 sobre a postagem de Regina Delcastagnè



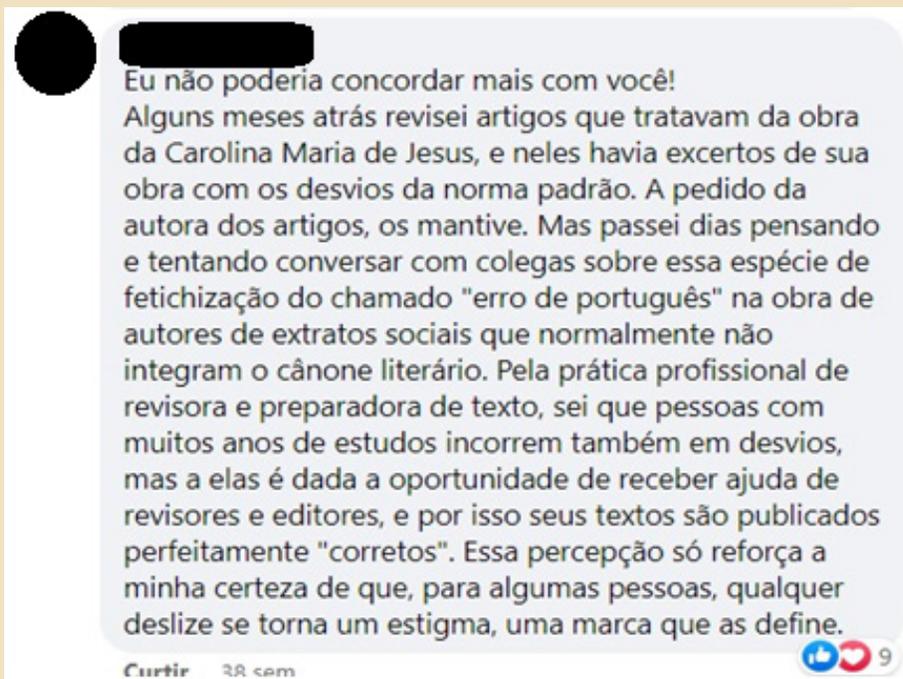
Fonte: Facebook

Argumentando acerca da normatividade, o autor do comentário 1 (Figura 2) relaciona, metaforicamente, Carolina Maria de Jesus a um “corpo atropelado por essa normatividade” – normatividade que, para o autor, é responsável por “construir um ideal linguístico que gera afastamentos, para além do preconceito linguístico”. Assim, podemos constatar aqui a presença

de um imaginário que valora a revisão das obras de Carolina como algo negativo, uma vez que isto proporia um afastamento entre a autora e seu registro de cultura – *normalizar é afastar um sujeito de sua cultura e corrigir é negativo* (imaginário).

O segundo comentário que este trabalho buscou analisar, contrariando o comentário 1, vai em concordância com a publicação de Delcastagnè:

Figura 3 - Comentário 2 sobre a postagem de Regina Delcastagnè



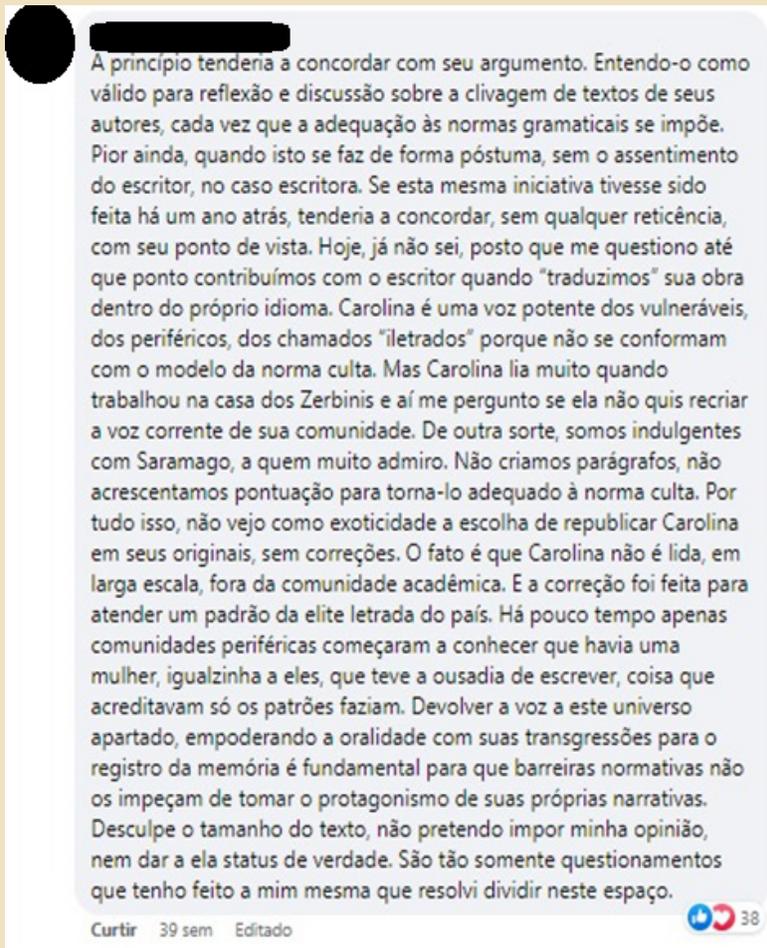
Fonte: Facebook

A argumentação, no comentário 2 (Figura 3), expressa uma ideia que iria contra, segundo o colocado, um imaginário social que possivelmente seria referente a *deslizes* – que poderiam ser lidos como desvios de gramática – *são marcas que definem pessoas*. Para combater esse imaginário, a autoria do comentário estabelece relações que distanciam as obras de Carolina Maria de Jesus das obras que compõem o cânone literário, refratando imaginários, em seu próprio argumento, como *desvios são erros*, mostrando que esses erros *devem* ser extirpados, e *erros são fetiches*, caracterizando os

erros para o campo erótico, como algo desejado ou que, quando presentes, trazem prazer ao leitor.

Convidamos o leitor, agora, à leitura do último comentário analisado, que, assim como o comentário 1, também discorda da autora da postagem de Regina Delcastagnè do Facebook.

Figura 4 - Comentário 3 sobre a postagem de Regina Delcastagnè no Facebook



Fonte: Facebook

O primeiro imaginário que é possível constatar dentro do comentário 3 (Figura 4) é *revisar é traduzir a obra dentro do próprio idioma*,

caracterizando, assim, a ideia de que um revisor deve exercer a função de um tradutor textual, buscando manter a forma e o conteúdo aproximados de seu original. O decorrer do comentário aponta para uma direção que propõe a manutenção da obra de Carolina Maria de Jesus tal como é no original, sem a adequação às normas gramaticais. Alterar o texto, segundo a autoria do comentário, é mudá-lo para favorecer um padrão social estabelecido pela elite douta. Dessa forma, Carolina é posicionada como uma voz exemplar para pessoas da periferia que podem, nela e em sua escrita, se reconhecer e se espelhar.

Além disso, constata-se também o imaginário *corrigir é atender ao padrão da elite letrada*, que reflete e denuncia uma visão preconceituosa de um nicho das Letras que enxerga na oralidade, ou melhor dizendo, no coloquialismo oral, um índice valorativo inferior à modalidade escrita da língua. Por fim, percebe-se o imaginário *manter o original é empoderar a oralidade*, dando voz e mantendo o “registro da memória”. É possível perceber que esses imaginários refletem uma visão disseminada e, em nossa concepção, enganosa. Comumente confundida como sinônimo de formalidade e tomada como equivalente à chamada norma culta, a escrita é colocada em oposição a uma visão equivocada da oralidade, como sendo intrinsecamente informal. Marcuschi (2008) chama a atenção para o fato de que escrita e oralidade são modalidades do mesmo sistema linguístico e que a primeira não representa a segunda, havendo, sim, um *continuum* entre elas. O autor destaca ainda que são as práticas sociais que organizam as formas de comunicação e desenvolvem os diversos domínios discursivos, e que estes “operam como enquadres globais de superordenação comunicativa, subordinando práticas sociodiscursivas orais e escritas que resultam nos gêneros” (MARCUSCHI, 2008, p. 194). Em outras palavras, não há hierarquia, mas um comportamento discursivo apreendido ao longo da vida, a partir das experiências vividas em inúmeras situações sociais.

Considerações finais

Neste artigo, discutimos, num primeiro momento, a noção de discurso, levando em consideração seu escopo para além de uma frase. Nesse

viés, diferentemente desta, o discurso, como evidenciamos, é assumido por um sujeito ou uma instância enunciativa que age e interage com outros, assumido, dessa forma, no bojo do interdiscurso. Por isso, pressupõe um dado contexto, além de ser regido por um contrato discursivo. Todo esse arcabouço possibilita que o discurso seja o expoente para sentidos que serão construídos socialmente pelos sujeitos.

Além disso, no que tange ao sujeito e às instâncias enunciativas, abordamos a modalização, fenômeno relevante para a análise do posicionamento enunciativo do *eu* do discurso. Dessa maneira, como discorreremos, tal posicionamento pode ser demonstrado mediante mecanismos enunciativos, a saber, *modalizações lógicas, deônticas, apreciativas e pragmáticas*. Discorreremos ainda sobre o primado do interdiscurso, visão que defende que o interdiscurso é anterior e constitutivo do discurso. Seguindo o raciocínio de Maingueneau, tratamos de *universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo*, em vez de interdiscurso, por este termo ser, para o autor, muito impreciso. Por fim, trouxemos para a discussão o conceito de *imaginários sociodiscursivos*, desenvolvido por Charaudeau em contraposição à noção de estereótipos. Segundo o autor, este último é comumente utilizado como rejeição sobre o que se fala, ao passo que os imaginários são um modo de percepção do mundo, nascido das representações sociais e, ao mesmo tempo que criam valores, justificam as ações.

Na sequência do embasamento teórico, analisamos o *post* da professora Regina Dalcastagnè e três dos comentários que entraram em diálogo com ela. Concluímos que a polêmica em torno da nova publicação de “Casa de alvenaria” está diretamente relacionada aos valores dados a uma determinada visão de língua, a qual privilegia uma norma elitizada e indicia, assim, um preconceito de classe. No caso específico de “Casa de alvenaria”, a defesa por um enquadramento da escrita de Carolina de Jesus ao padrão gramatical resultaria em um apagamento da autoria e, conseqüentemente, do sujeito social que ali se constrói. Ao trazer Machado de Assis como exemplo de um padrão a ser seguido e ressaltar que até mesmo as obras dele devem ser revisadas, a autora do *post* deixa transparecer o imaginário de uma hierarquia em que Machado, um escritor da elite, é superior a Carolina, uma escritora periférica.

Referências

BRONCKART, Jean-Paul. Os mecanismos enunciativos. *In*: BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. Tradução de Anna R. Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999. p. 319-336.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321.7.7.1.571-591>. Acesso em: 13 abr. 2022.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** 3. ed. Portugal: Vega, 1992.

MAINGUENEAU, Dominique. A noção de discurso. *In*: **Discurso e análise do discurso**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015. p. 23-30.

MAINGUENEAU, Dominique. Autor: a noção de autor em Análise do Discurso. *In*: SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez; POSSENTI, Sírio. (org.). **Doze conceitos em análise do discurso**. Tradução de Adail Sobral *et al.* São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. Primado do interdiscurso. *In*: **Gênese dos discursos**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008. p. 31-45.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais no ensino de línguas. *In*: MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 186-198.

ORLANDI, Eni. Autoria e interpretação. *In*: ORLANDI, Eni. **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes, 2004. p. 63-78.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.